

## Plano Operacional e Orçamento Geral aprovados

# Reunião do Conselho Nacional da ADFA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas efectuou uma reunião do seu Conselho Nacional, em reunião ordinária, realizada no dia 18 de Novembro, na Sede da ADFA, em Lisboa. Foram aprovados o Plano Operacional e o Orçamento Geral da Associação, com o Parecer favorável do CFN.

Na discussão e votação do Plano Operacional e Orçamento Geral da ADFA para o ano de 2018 e parecer do Conselho de Executivos, conforme reunião realizada no dia 24 de outubro deste ano. Os documentos foram aprovados pelos conselheiros. O Plano Operacional foi aprovado por unanimidade e o Orçamento Geral foi aprovado por

maioria, com um voto contra e algumas abstenções.

Foi lido o Parecer do Conselho Fiscal Nacional relativo ao primeiro semestre de 2017, com a apreciação favorável da situação da ADFA e referência aos momentos mais significativos da vida associativa.

Na área reivindicativa, no ponto três dos trabalhos, foi feita uma apreciação sobre: Reivindicações de âmbito geral; Aplicação do DL n.º 503/99; Situação, para efeitos fiscais, dos rendimentos das viúvas dos deficientes militares; Direito e atribuição de ajudas técnicas aos deficientes militares; Portaria Especial n.º 1034/2009. O Conselho Nacional fez ainda um ponto de situação relativa à evolução do processo relati-



FOTO RAFAEL LOPES

vo à Carta Magna dos Direitos dos Deficientes Militares. Sobre o Lar Militar, foi apresentada a tomada de posição da ADFA em relação à situação que os grandes deficientes militares ali vivem atualmente.

No ponto quatro, a equipa do ELO foi convidada a apresentar aos conselheiros a evocação do 43º aniversário do jornal, em 23 de novembro, bem como

sobre a evolução da comunicação interna e externa da ADFA.

Foram também abordados: o desenvolvimento do projeto do Centro de Apoio Integrado do Porto – CAIP, na Delegação do Porto; o projeto da Quinta das Camélias e das residências assistidas; a divulgação do livro da ADFA “Deficientes das Forças Armadas – Geração da Rutura”.

## General Eanes recebe ADFA



FOTO RAFAEL VIEIROS

ADFA foi recebida pelo general António Ramalho Eanes, no dia 14 de novembro último, em Lisboa. O presidente da Direção Nacional, José Arruda, representou a ADFA, acompanhado pelo colaborador António Cardoso e pelo ELO. A Associação fez o ponto de situação sobre várias questões que preocupam os deficientes militares. “Os assuntos candentes da Associação foram abordados com o senhor general, que manifestou o seu propósito de conhecer mais profundamente as preocupações da ADFA”, informou José Arruda.

## Reunião com deputados do PCP



No 14 de novembro a ADFA foi recebida pelos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, António Filipe (Comissões Parlamentares de Defesa Nacional e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) e Diana Ferreira (Comissões Parlamentares de Trabalho e Segurança Social e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto), no Palácio de São Bento, em Lisboa.

O presidente da Direção Nacional, José Arruda, acompanhado pelo colaborador António Cardoso, ofereceu a cada um dos deputados um exemplar do livro da ADFA “Deficientes das Forças Armadas – Geração da Rutura”.

## Discussão e aprovação do OE2018

Em sede de discussão e aprovação do OE2018, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma proposta de alteração, no caso proposta de aditamento, com o artigo 90.º-A, relativa ao regime excecional de indexação das prestações sociais dos Deficientes das Forças Armadas.

Esta proposta foi votada, no dia 22 de novembro, em sede de Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, tendo sido rejeitada com os seguintes votos: PSD – abstenção, PS – contra, BE – contra, CDS-PP – a favor e PCP – contra.

Não obstante esta rejeição, o Projeto de Lei n.º 456/XIII, da autoria do CDS-PP e sobre a mesma matéria, será retomado em sede de Comissão de Trabalho e Segurança Social.

A proposta de aditamento prevê que a retribuição mínima mensal garantida constitua “o referencial determinante da fixação, cálculo e actualização do abono suplementar de invalidez e da prestação suplementar de invalidez de que beneficiam os DFA, os GDF e os GDSN. O diploma determina ainda que, “para o efeito do disposto”, “(...) aplica-se o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor à data da fixação ou da actualização das referidas prestações sociais”.

## Memória e homenagem

O Presidente da República participou nas cerimónias realizadas em Belém, Lisboa, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, no dia 11 de novembro. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN, José Arruda, e pelo secretário do Conselho Fiscal Nacional, António Garcia Miranda.

Nesta cerimónia evocou-se também o 96º aniversário da Liga dos Combatentes e o 43º aniversário do fim da Guerra Colonial.

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa considerou que, por vezes, o País não tem sabido recompensar quem por ele combateu, sublinhando a “memória tantas vezes que tarda em traduzir-se em plena justiça, até porque a nação, sempre tão pródiga a recorrer aos nossos combatentes, às vezes se tem manifestado tão avarenta em pagar-lhes o correspondente tributo”.

A cerimónia continuou com a deposição de coroas de flores e desfile das forças em parada, perante o Presidente da República, altas individualidades e diversas instituições.

## EUROMIL na Sede da Nacional



A European Organization of Military Associations (EUROMIL), organização europeia de associações militares, estará na ADFA no dia 5 de dezembro. António Lima Coelho, conselheiro da EUROMIL, desde outubro de 2016, e também representante da Associação Nacional de Sargentos (da qual já foi presidente), esteve na Sede Nacional da ADFA, no passado dia 11 de setembro, na preparação daquela reunião de trabalho.

A EUROMIL foi fundada em 1972 por associações e sindicatos militares de cinco Países (Dinamarca, Alemanha, Holanda, Bélgica e Itália) e é hoje uma organização representativa, composta por 33 associações e sindicatos de 22 Países. É um fórum europeu de cooperação entre as associações e sindicatos militares profissionais, formulando orientações e melhores práticas em questões sociais e profissionais do pessoal militar.